



Medievalis

v. 10, n. 2 (2021)

| 201

Resenha do livro “The Invention of Race in the European Middle Ages”, de Geraldine Heng

Rafael Bello Bendl¹

Livro resenhado

HENG, Geraldine. The Invention of Race in the European Middle Ages. Cambridge Press, 2018

É possível encontrar no passado experiências e categorias há muito ancoradas em tempos posteriores a tais fatos? Esta é uma das questões centrais no livro de Geraldine Heng, intitulado “The Invention of Race in the European Middle Ages”, que se inicia, logo no prefácio, com as experiências de infância da autora em Singapura, sentimento que permeia toda a obra da autora. Na época, com sua independência recém-conquistada, a comunidade branca colonizadora e os nativos formavam um conhecido quadro de fricção racial.

Sedimentado da chamada “História Global”, a obra reúne sete casos em que comunidades europeias relacionavam-se com povos além das fronteiras do velho continente, analisando momentos em que sociedades europeias envolveram-se no que ela denomina “*race-making*”, processo de criar uma codificação racial para um determinado povo ou comunidade, aplicado, neste caso, em um contexto anterior ao tradicionalmente usado pela historiografia.

¹ Mestrando em História pela UNIFESP. Graduado em História pela USP.

<http://lattes.cnpq.br/2710975817014141>

E-mail: rafael.bendl@unifesp.br





O livro é dividido em um capítulo introdutório e sete capítulos distintos, que abordam, separadamente, instâncias em que europeus eram confrontados com situações em que a diferença em relação ao outro resultava em uma modulação racial. O primeiro capítulo apresenta um breve panorama sobre quais elementos constituem a formulação racial europeia perante o outro, como a cor da pele, apresentando uma detalhada análise, ao longo dos capítulos subsequentes, sobre a dicotomia entre branco como representação positivo e preto como negativo, a questão religiosa, que para Heng constitui o principal motor de diferenciação e vetor de distinção entre a cristandade e os “outros”.

No segundo capítulo a autora analisa a relação entre judeus e cristãos na Inglaterra, como exemplo de formação e estruturação de instituições de controle e monitoramento, tanto no âmbito secular quanto religioso, contra a população judaica, e conjuntamente apresenta o discurso inglês contra os irlandeses, durante as guerras de invasão no século XII, colocando-os como um povo que não conseguiu progredir para além dos hábitos primitivos, projetando a invasão inglesa como justa perante a superioridade de um povo devidamente católico.

O terceiro capítulo aborda a relação entre cristãos e muçulmanos, analisando a formulação do nome “Sarraceno” para classificar todos os muçulmanos como um bloco homogêneo, considerando-os inimigos não só religiosos, mas também militares, visto as incursões cristãs para Jerusalém e o Oriente. O quarto capítulo aborda a questão da cor da pele, especificamente os conceitos de “branco e preto”, utilizando como fonte principal o romance de corte germânico “Parzival”, de Wolfram von Eschenbach.

Nos três capítulos finais, organizados sob o título de “mundo”, a pesquisadora apresenta o contato entre europeus e os povos nativos do continente americano, nas viagens exploratórias realizadas por grupos escandinavos, as relações entre a cristandade e os mongóis, analisando as caracterizações desde os primeiros contatos, no século XIII, que os caracterizavam como um povo primitivo, com características físicas estranhas, tendências canibais e tão selvagens quanto os cavalos que os acompanhavam, comparando-as com descrições no século XIV que registravam a grandeza da civilização mongol.

Por último, em um breve capítulo, Heng aborda os ciganos e a relação de trabalho servil em que foram submetidos, justificado, em parte, pela construção racial de uma origem pecaminosa, semelhante à posição que os judeus foram colocados pela cristandade, assegurando-lhes um lugar de inferioridade devido ao seu “pecado original”, por serem os algozes do Cristo.





Utilizando uma definição ampla sobre o conceito de raça, enquadrando-o como uma estrutura racional que ordena as diferenças entre grupos distintos, Heng sugere que a não utilização do conceito de raça, para analisar e definir as relações entre duas sociedades distintas, acaba resultando na reprodução de um passado que apenas tangencia os mecanismos e estruturas por trás dos atos de violência e intolerância. Em última instância, submeteria o passado a apenas uma determinada visão historiográfica.

Esta definição da autora, que amplia o escopo e os limites de uma historiografia tradicional, acorrentada aos contornos epistemológicos e institucionais do “eixo norte”, acaba limitando suas ambições quando o adjetivo global refere-se aos pontos geográficos abordados e não a relação entre os sete casos apresentados. Quais as relações entre a construção identitária dos escandinavos sobre os nativos americanos e aquela elaborada para os irlandeses? Ao separar os sete casos apresentados em sete capítulos e em sete abordagens distintas, o texto de Heng acaba limitando aquilo que consta em seu título, pois como podemos considerar a construção de raça como um conceito definidor quando as relações entre os casos apresentados não apresentam um conjunto definidor?

Tal constatação metodológica não significa que os exemplos apresentados ao longo do livro não apresentem questões interessantes para o debate sobre a relação entre sociedades durante a Idade Média europeia. Há uma interessante comparação entre a comunidade judaica com a comunidade cigana, ao analisar a formação de instituições e de uma cultura baseada na opressão e segregação. Além de dividirem, segundo a cristandade, responsabilidade pela crucificação do Cristo, ambas tiveram suas posições parcialmente cristalizadas por suas posições laborais, a escravidão no caso dos ciganos e a usura no caso judeu. Entretanto, a análise apresentada pela autora sobre a comunidade cigana é breve e pouco explora essa relação entre a comunidade judaica, que muito poderia contribuir para a hipótese levantada, relativo ao conceito de raça, considerando que a posição desta minoria era representada por uma dupla posição: a inferiorização baseada em preceitos religiosos e a limitação sociopolítica baseada no labor.

A questão militar também apresenta-se como outra parte que carece de uma maior exploração, parte explorada nos capítulos três e seis. Se considerarmos a caracterização e vinculação de um inimigo militar com atributos negativos, relacionando este movimento com um processo de “racialização”, de que maneira a mentalidade cristã representa uma virada na relação entre diferença e raça? Quando as diferenças e especificidades transcendem as semelhanças, podemos usar a raça como um conceito centralizador?

A relação entre cristãos, judeus e muçulmanos, apesar de dividirem uma mesma base religiosa para emoldurar um grupo diverso em um quadrante homogeneizante,





generalizando certas características, seguem caminhos distintos quando analisamos a lógica de sua formação e os caminhos de aplicação. Por mais tentador que seja flexionar o termo para abarcar esta relação, percebemos que as diferenças entre as situações apresentadas por Heng são tão vastas, que o próprio termo acaba tornando-se tão amorfo quanto os termos que a historiografia convencionou usar para caracterizar tais situações.

O livro de Heng apresenta muito mais perguntas do que respostas, algo expresso pela própria autora, ao escrever, em sua introdução, que a obra representa um trabalho inacabado, sendo muito mais um catalisador para o debate do que uma conclusão. Contudo, as perguntas que surgiram ao longo da leitura apontam para caminhos diferentes daqueles que Heng sinaliza. Ao transplantar um conceito para conflitos e situações no medievo europeu, a autora acaba, em última instância, estendendo o debate para lugares que pouco contribuem para seus questionamentos. Onde melhor procurar exemplos para um problema se não onde o problema está? Desembarcar do aspecto “global” e entender a cristandade como fenômeno local pode não ser uma novidade metodológica, mas também é certo que por muito tempo a historiografia olhou para apenas um lado da história, com isso, em vez de procurarmos respostas do outro lado do atlântico, por que não olharmos para o velho continente sob uma nova perspectiva?

